julho/82 dados 1.1

projeto radis reunião, análise, difusão de informação sobre saúde

Por que dados?

Estamos iniciando a série *Dados* com um conjunto de informações econômicas sobre custo de vida, salário mínimo e custo da ração essencial. Apresentamos também duas tabelas de dados vitais: transformação da mortalidade por causas e mortalidade proporcional infantil, nas capitais dos estados, decenais, a partir de 1930.

Gostaríamos de chamar a atenção para a diferença de acuidade existente entre as duas séries. Os dados econômicos são bastante precisos, como se pode ver nos textos que se seguem. Já as informações sobre mortalidade são muito menos exatas: há um grande sub-registro, não avaliado, distinto para cada localidade. Mostras de tal situação é a alta percentagem de causas mal definidas; muitas vezes, o que aparece como uma piora na situação sanitária — aumento de mortalidade — é apenas resultado de uma melhora nos registros de morte (como aconteceu, por exemplo, em Aracaju a partir dos últimos anos).

O que diz a teoria?

Há uma quase unanimidade a respeito da influência positiva do crescimento da renda sobre o nível de vida da população. (1)

Com efeito, há elementos cuja disponibilidade para o uso está associada à existência de um "excedente da Renda Nacional, que permita a incorporação dos grandes progressos tecnológicos ocorridos após a II Guerra Mundial. São exemplos a descoberta do DDT, a difusão e expansão dos métodos de tratamento de água, os antibióticos, a expansão da rede de saneamento básico, cujo efeito deve levar a uma diminuição na mortalidade causada por doenças infecto-contagiosas. A expansão da atenção médica à parturiente contribui para a diminuição da mortalidade por complicações da gravidez e do parto. O rápido e intenso processo de urbanização está ligado ao aumento da violência urbana e dos acidentes de trânsito, o que deve aumentar a mortalidade por acidentes e causas violentas. Por outro lado, a teoria afirma que a perda de poder de compra do salário mínimo real está associada a uma elevada proporção da mortalidade infantil sobre a mortalidade geral. (2)

Efetivamente, nossa Tabela A mostra que de 1930 a 1975, de uma elevada proporção de 45,6%, as mortes por "doenças infecciosas e parasitárias" caem para 24,3% (incluindo os óbitos de menores de 1 ano). As mortes causadas por "complicações da gravidez, do parto e do puerpério" caem de 1,0% para 0,3% e as mortes por "causas violentas e acidentes" passam de 2,6% para 15,4%. Deixamos aos leitores a análise da evolução das demais causas.

Da mesma forma, analisando a mortalidade proporcional, verificamos, por nossa Tabela B, que ela se mantém a níveis semelhantes ao longo desses 45 anos, o que pode ser explicado, em grande parte, pela perda de poder aquisitivo do salário mínimo real, como se pode ver por nossa Tabela 3.

Assim, a transformação do quadro das mortalidades por causas seria, segundo a teoria, consequência do crescimento e "progresso" da Renda Nacional. Por sua vez, a manutenção da alta proporção de óbitos infantis seria explicada pela perda de poder aquisitivo da maioria da população, decorrente da elevada concentração de renda.

TABELA A

Distribuição percentual de óbitos por 8 grupos de causas
Municípios das capitais, 1930 — 1975

ÓBITOS	1930	1940	1950	1960	1970	1975
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Doenças Infecciosas e parasitárias	45,6	43,5	35,9	25,9	15,7	15,1
Neoplasmas	2,7	3,9	5,7	8,1	9,7	9,8
Doenças do aparelho circulatório	11,8	14,5	14,2	21,5	24,8	24,0
Doenças do aparelho respiratório	11,5	12,1	9,1	8,0	9,0	9,8
Doenças do aparelho digestivo	4,5	3,8	2,4	2,5	2,5	2,5
Complicações da gravidez, do parto e do puerpério	1,0	0,9	0,6	0,6	0,3	0,3
Mortes violentes e acidentes	2,6	2,4	3,3	4,8	7,5	8,3
Todas as outras causas	20,3	18,9	28,8	28,6	30,5	30,2

Fonte: Dados compilados por Mario Magalhães da Silveira a partir de estatísticas de saúde do Ministério da Saúde.

* Dados segundo v. 2 e 7 das "Estatísticas do registro civil" do IBGE

TABELA B

Proporção de óbitos de menores de 1 ano no total de óbitos Municípios das capitais, 1930 — 1980

ANOS	TOTAL (a)	< 1 ano (b)	b/a
1930	84 059	22 044	26,2
1940	102 830	24 221	23,6
1950	116 282	31 189	26,8
1960)	144 063	42 127	29,2
1970	183 872	49 362	26,9
1975*	228 024	59 628	26,2
1980*	231 534	48 826	21,1

Fonte: Dados compilados por Mario Magalhães da Silveira a partir de estatísticas de saúde do Ministério da Saúde.

* Dados segundo v. 2 e 7 das "Estatísticas do registro civil" do IBGE

Por que usar os dados?

Começamos este texto falando da precariedade dos dados de saúde. Entretanto, a explicação teórica que demos é compatível com a série de dados apresentados. Esta "coincidência" não significa que a crítica ao nível de acuidade é improcedente; a nível global, os dados, embora não exatos, têm precisão suficiente para confirmar uma tendência esperável e refletir um comportamento demográfico pré-existente em outros países. O mesmo, entretanto, não se pode dizer para análises mais localizadas, quando sua imprecisão pode levar a distorções de avaliação.

A questão básica é que a intervenção do sanitarista na comunidade precisa ser periodicamente avaliada. Nesse sentido, os dados, ainda que com baixo nível de precisão, lhe dão a possibilidade não só de construir uma teoria de intervenção no real, como também de verificar a correção de sua prática.

É preciso, entretanto, ter cuidado com as explicações teóricas. Por exemplo, no caso da mortalidade proporcional, a demografia chama a atenção para o fato de que a proporção de menores de um ano sobre a mortalidade geral é também uma função da estrutura por idade da população, que decorre dos padrões de fecundidade. Por outro lado, a explicação não leva em conta o fato de que, mesmo com a queda do salário mínimo, a renda familiar de parte da população pode se elevar com o aumento do número de pessoas que, na mesma família, entram no mercado de trabalho. Por sua vez, o trabalho da mãe fora de casa e a alteração do padrão de consumo familiar podem significar menores cuidados com as crianças.

Como vemos, não só os dados mas também a teoria deve ser sistematicamente questionada. O que se vê, entretanto, na maioria dos casos e apresentada de forma dogmática e sem referencial empírico, é uma concepção do econômico como "determinante em última instância". Tal postura leva ao abandono da utilização e análises dos dados, ao descaso pela especulação teórica e, de forma geral, ao enfraquecimento da Saúde Pública.

O que propomos?

Vemos a Saúde Pública, como disciplina teórica, em um ponto crucial de sua maturação. Nos últimos anos, a economia, a sociologia e a antropologia vêm trazendo novos aportes, que se juntam aos da epidemiologia, demografia e estatística.

Se, por um lado, esses novos aportes levantam novas questões, por outro, trazem uma desintegração muito grande na forma de ver a questão saúde/doença. Misturam-se conceitos diferentes, vindos de corpos teóricos diferentes. Multiplicam-se as imprecisões, agora também conceituais. O que tem consequências sobre a imprecisão dos dados.

Não temos a pretensão de resolver tal problema, que é de toda a comunidade. Desejamos apenas contribuir para que seja visto mais claramente, o que, no caso da Saúde Pública, implica em ver melhor a própria realidade, ou seja, implica em um uso mais intenso das estatísticas, pois, afinal de contas, já dizia Oswaldo Cruz: "A estatística é a bússola do sanitarista".

(1) Por exemplo: Myrdal, G.: "Les aspects Economiques de la Santé", *in Chroniques de la OMS,* vol. 6, nº 7-8, 1952; Winslow, C.E.A., *Le Coat de la maladie et le prix de la santé,* Genebra, OMS, 1952; Rosen, G.: *A history of public health,* Nova Iorque, MD Publications, 1958.

(2) Yunes, J.B. Ronchezel, V.S.C., "Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional"; *Revista de Saúde Pública,* 8, (Supl.) 1974.

Custo de vida

A inflação, fenômeno cada vez mais importante nas economias contemporâneas, corresponde à contínua elevação dos preços dos bens e serviços. Em última instância, a inflação é o resultado da disputa do "bolo" pelos elementos das diversas classes sociais. A elevação de preços pode ser observada em vários níveis. Podemos, por exemplo, acompanhá-la a nível de produtor — preços ao atacado — ou ainda a nível de consumidor — preços ao varejo. É possível ainda observar os preços nos diversos níveis simultaneamente.

Quando falamos em custo de vida estamos nos referindo aos preços para os consumidores. Ele tem uma enorme importância, pois atinge diretamente o bolso da população. Portanto, o aumento do custo de vida corresponde ao aumento dos preços (inflação) a nível dos consumidores. É exatamente o aumento do custo de vida no Brasil nos últimos anos que pretendemos analisar nesta seção.

A mensuração da evolução do custo de vida é um problema bastante complexo. Nas sociedades modernas são oferecidos uma enorme quantidade de bens e serviços cujos preços variam de forma bastante distinta. Fica então a pergunta: o que significa a afirmação de que o custo de vida aumentou aproximadamente 100% durante o ano de 1981?

Se todos os bens e serviços tivessem seus preços aumentados igualmente, poderíamos responder que um aumento de 100% no custo de vida seria o resultado da duplicação de todos os preços de todos os bens e serviços existentes. Isto, entretanto, não ocorre; alguns preços sobem muito mais rapidamente do que outros. Portanto, os 100% representam apenas uma *média* da elevação dos preços na economia. O problema, então, passa a ser o entendimento de como se calcular e interpretar essa *média*.

Na prática, para se medir o aumento do custo de vida é preciso se definir anteriormente a região e a população analisada. Assim, o Índice do Custo de Vida calculado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) acompanha a evolução do custo de vida para famílias de trabalhadores na cidade de São Paulo. Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, pesquisa o aumento do custo de vida para indivíduos que vivem na cidade do Rio de Janeiro, cujas rendas familiares se localizam entre 1 e 5,6 salários mínimos. Finalmente, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), feito pelo IBGE, mede a elevação de preços nas 9 regiões metropolitanas e no Distrito Federal, para famílias com rendimentos na faixa 1 a 5 salários mínimos.

Verificamos, portanto, que embora medindo o mesmo fenômeno — a elevação de preços a nível dos consumidores — cada índice possui características próprias. Assim, nada mais natural do que o fornecimento de resultados diferentes para os diversos índices. No ano de 1981, por exemplo, enquanto o ICV-DIEESE apresentou uma elevação de 98,8% para o custo de vida na cidade de São Paulo, o IPC-FGV mostrou um aumento de 100,6% no Rio de Janeiro, tendo o INPC mostrado um crescimento de preços um pouco menor — 91,2%. De qualquer forma, verificamos que os resultados encontrados possuem uma certa semelhança.

Para se calcular o aumento do custo de vida é preciso, em primeiro lugar, realizar uma Pesquisa de Orçamento Familiar

TABELA 1

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
1960/1981 (MÉDIA ANUAL)

ANO	FGV(RJ)	(DIEESE (SP)	INPC	ANO	FGV(RJ)	(DIEESE (SP)	INPC
1960	23,8	31,7	–	1971	18,1	24,1	–
1961	43,2	39,9	–	1972	14,0	21,4	–
1962	52,7	53,5	–	1973	13,7	26,1	–
1963	80,7	81,7	–	1974	33,8	31,6	–
1964	87,0	76,6	–	1975	31,2	31,1	–
1965	45,4	65,3	–	1976	44,8	39,7	–
1966	41,1	53,9	–	1977	43,1	40,7	–
1967	24,5	32,4	–	1978	38,1	38,7	–
1968	24,0	24,6	–	1979	76,0	51,1	–
1969	24,2	23,7	–	1980	86,3	83,2	95,2
1970	20,9	18,1	–	1981	100,6	98,8	91,2

Fonte: Conjuntura Econômica, DIEESE, IBGE.
Nota: O INPC começou a ser calculado em abril de 1979.

GRAFICO 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA - 1960/1981

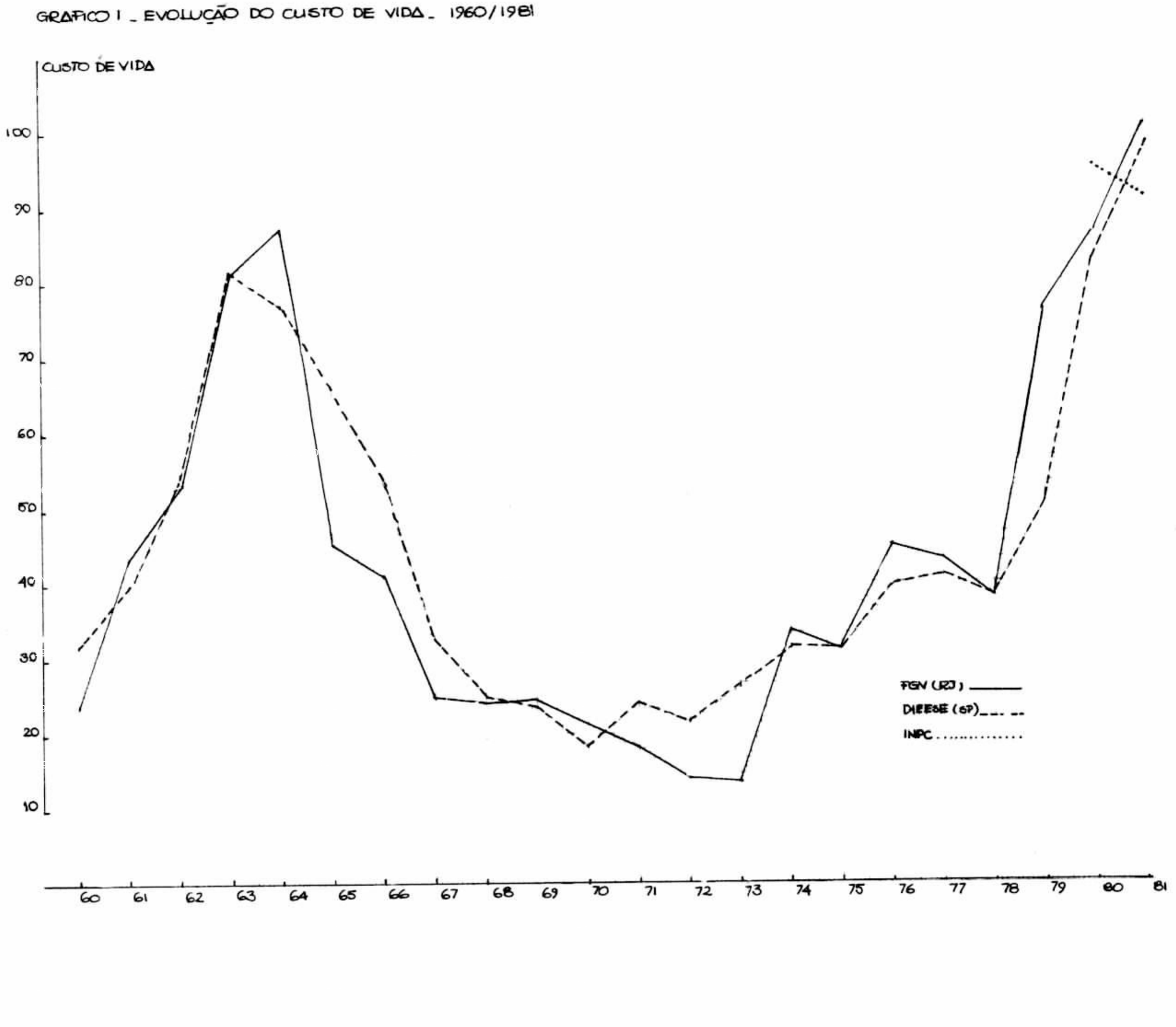


TABELA 2

EVOLUÇÃO (mensal, semestral, anual) DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
ABRIL 1979/JUNHO 1982 (%)

MÊS/ANO	MENSAL	INPC SEMESTRAL	ANUAL	MÊS/ANO	MENSAL	INPC SEMESTRAL	ANUAL
Abr/79	3,4	–	–	Nov/80	8,3	43,0	95,7
Mai	1,8	–	–	Dez	6,9	45,3	95,3
Jun	2,8	–	–	Jan/81	6,5	46,1	95,1
Jul	4,8	–	–	Fev	5,2	47,1	97,8
Ago	4,5	–	–	Mar	5,6	46,2	98,8
Set	6,7	26,6	–	Abr	5,3	44,2	101,0
Out	4,7	28,2	–	Mai	7,3	42,7	104,1
Nov	5,8	33,2	–	Jun	4,0	38,9	101,8
Dez	7,0	38,7	–	Jul	5,8	38,1	101,8
Jan/80	6,6	40,9	–	Ago	6,9	40,4	106,6
Fev	3,8	39,9	–	Set	6,0	40,9	106,1
Mar	5,0	37,7	74,0	Out	4,0	39,0	100,5
Abr	4,2	37,0	75,6	Nov	5,6	36,8	95,5
Mai	5,6	36,8	82,2	Dez	4,6	37,6	91,2
Jun	5,2	34,4	86,4	Jan/82	7,6	39,8	93,2
Jul	5,8	33,5	88,2	Fev	6,5	39,3	95,6
Ago	4,5	34,4	88,1	Mar	5,8	39,1	96,0
Set	6,2	35,9	87,2	Abr	4,8	40,2	95,0
Out	6,8	39,4	91,0	Mai	6,4	41,3	93,4
				Jun	7,5	45,2	99,8

Fonte: IBGE
Nota: O INPC começou a ser calculado em abril de 1979.

(POF). Esta consiste na seleção de um determinado número de famílias para verificação da estrutura de suas despesas, i. e., seus gastos nos diversos bens e serviços existentes no mercado. É uma pesquisa bastante trabalhosa, necessitando de técnicas estatísticas muito elaboradas para a escolha das famílias pesquisadas. Dura aproximadamente 2 anos e seu resultado final é uma estrutura de "pesos" para os diversos bens e serviços consumidos pelas famílias, representando a maior ou menor importância de cada item.

A partir de então, a cada mês é feito um acompanhamento dos preços dos diversos bens e serviços que compõem os orçamentos das famílias, calculando-se, em seguida, uma *média ponderada* dos aumentos de preços. Esta *média* utiliza os "pesos" encontrados na POF. Assim, um grande aumento no preço do feijão tem uma importante contribuição na elevação do custo de vida, pois o feijão tem um grande "peso" nos orçamentos familiares, especialmente para as famílias de baixa renda. Por outro lado, uma elevação no preço do corte de cabelo tem uma pequena contribuição no custo de vida, devido a sua pequena importância nos gastos familiares.

A Tabela 1, assim como o Gráfico 1 apresentam a evolução do custo de vida anual nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1980. Para os anos de 1980 e 1981 é também apresentado o valor do INPC. Como se pode observar, especialmente através do Gráfico 1, há uma grande semelhança entre os resultados encontrados pela FGV no Rio de Janeiro e pelo DIEESE em São Paulo. Em alguns anos São Paulo apresenta um aumento do custo de vida maior do que o Rio de Janeiro. Em outros períodos a situação se inverte. A maior diferença encontrada está localizada no ano de 1973, quando a FGV utiliza preços tabelados, bastante inferiores aos preços de mercado, de modo que seu índice (13,7%) é cerca da metade do valor encontrado pelo DIEESE (26,1%). Segundo notícias amplamente veiculadas na imprensa, esse fato foi consequência de pressões governamentais sobre a FGV, de modo a que ela produzisse um índice próximo à meta governamental para a inflação daquele ano, que era de 12%.

Outra observação que merece ser feita é a constante presença da inflação na economia brasileira. Como se pode verificar, embora nos últimos 22 anos as maiores elevações do custo de vida estejam localizados nos períodos 1963/1964 e 1979/1981, pouquíssimos foram os períodos em que esteve abaixo dos 20% (1970 segundo o DIEESE, 1971/1973 segundo a FGV). De qualquer forma, a escalada dos preços dos últimos 3 anos é indiscutivelmente a maior da história brasileira, atingindo inclusive taxa anuais da ordem de 3 dígitos (100%).

Não é nosso objetivo analisar as causas da aceleração inflacionária a partir de 1979. De qualquer forma, para satisfazer a curiosidade do leitor, podemos citar como razões o aumento do preço do petróleo, o aumento do preço dos alimentos em função da diminuição da produção agrícola

TABELA 3

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E DO SALÁRIO MÍNIMO REAL EM SÃO PAULO (BASE – JULHO DE 1940 = 100)

ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL	SALÁRIO MÍNIMO REAL	ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL	SALÁRIO MÍNIMO REAL
1940	0,22	98	1963	21,00	90
1941	0,22	89	1964	42,00	92
1942	0,22	80	1965	66,00	89
1943	0,27	79	1966	84,00	76
	0,36		1967	105,00	72
1944	0,36	83	1968	129,00	70
1945	0,36	67	1969	156,00	68
1946	0,36	59	1970	187,20	69
1947	0,36	45	1971	225,60	66
1948	0,36	42	1972	268,80	65
1949	0,36	42	1973	312,00	59
1950	0,36	40	1974	376,80	54
1951	0,36	37		415,20	
1952	1,19	99	1975	532,80	57
1953	1,19	81	1976	768,00	57
1954	2,30	99	1977	1.106,40	59
1955	2,30	111	1978	1.560,00	61
1956	3,70	113	1979	2.268,00	61
1957	3,70	123		2.932,80	
1958	3,70	107	1980	4.149,60	62
1959	5,90	119		5.788,80	
1960	9,44	100	1981	8.464,80	63
1961	13,22	112		11.928,00	
1962	13,22	102	1982	16.608,00	–

Fonte: DIEESE

Nota: O deflacionamento foi feito utilizando-se o índice da Prefeitura de São Paulo encadeado com o índice do custo de vida do DIEESE

interna, o aumento das taxas de juros a maxi-desvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979 e os *déficits* governamentais.

Na Tabela 2 e Gráfico 2 apresentamos a evolução do INPC desde sua criação – abril de 1979. Este índice é levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo atualmente a principal medida de inflação do país. Uma de suas aplicações é a correção semestral dos salários, prática existente desde novembro de 1974, quando foi instituída a nova política salarial.

Como se pode verificar, tanto o índice mensal, quanto o semestral, ou o anual, mostram um aumento acentuado do custo de vida nos últimos 3 anos. Talvez a imagem mais clara da elevação dos preços seja aquela correspondente ao INPC anual (acumulado em períodos de doze meses) apresentado no Gráfico 2. Ele parte de 71,0% no período abril 79/março 80 para atingir 106,6% no período setembro 80/agosto 81. Desde então, ele apresentou uma pequena queda, voltando a se elevar recentemente, atingindo em junho último uma taxa mensal de 7,5%, semestral de 45,2% e anual de 99,8%. Na melhor das hipóteses, podemos afirmar que em meados de 1982 a inflação permanece bastante elevada, sem indícios de diminuição para o segundo semestre de 1982.

Para finalizar, queremos chamar a atenção para o fato de termos nos limitados aqui a analisar apenas 3 índices do custo de vida – o da DIEESE em São Paulo, FGV no Rio de Janeiro, e o INPC. Na realidade, existem instituições em praticamente todas as principais cidades do país, que acompanham mensalmente a evolução do custo de vida, permitindo que se tenha uma idéia bastante abrangente da evolução do custo de vida no Brasil.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO INPC

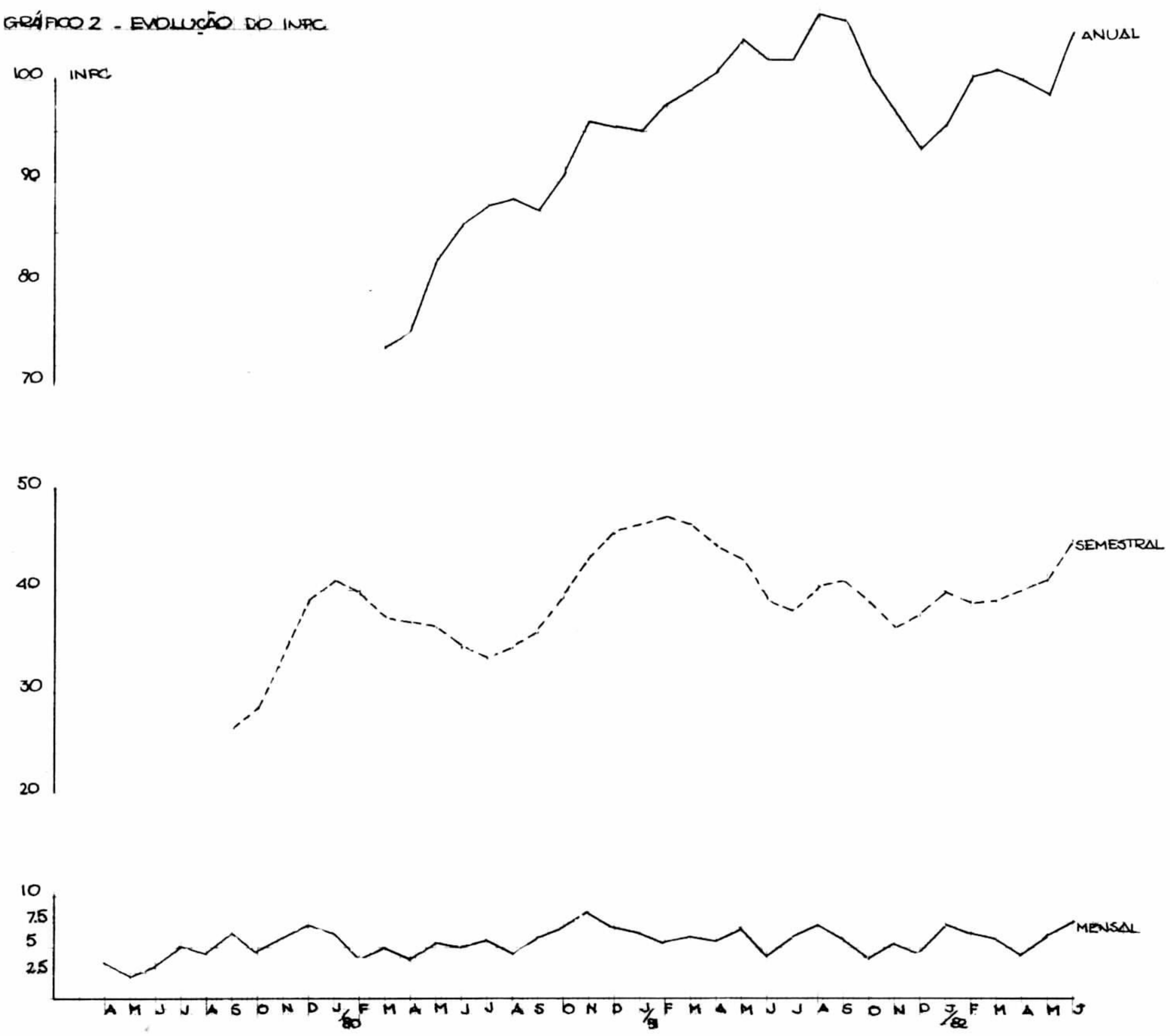


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO ANUAL DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (JULHO 1940 = 100)

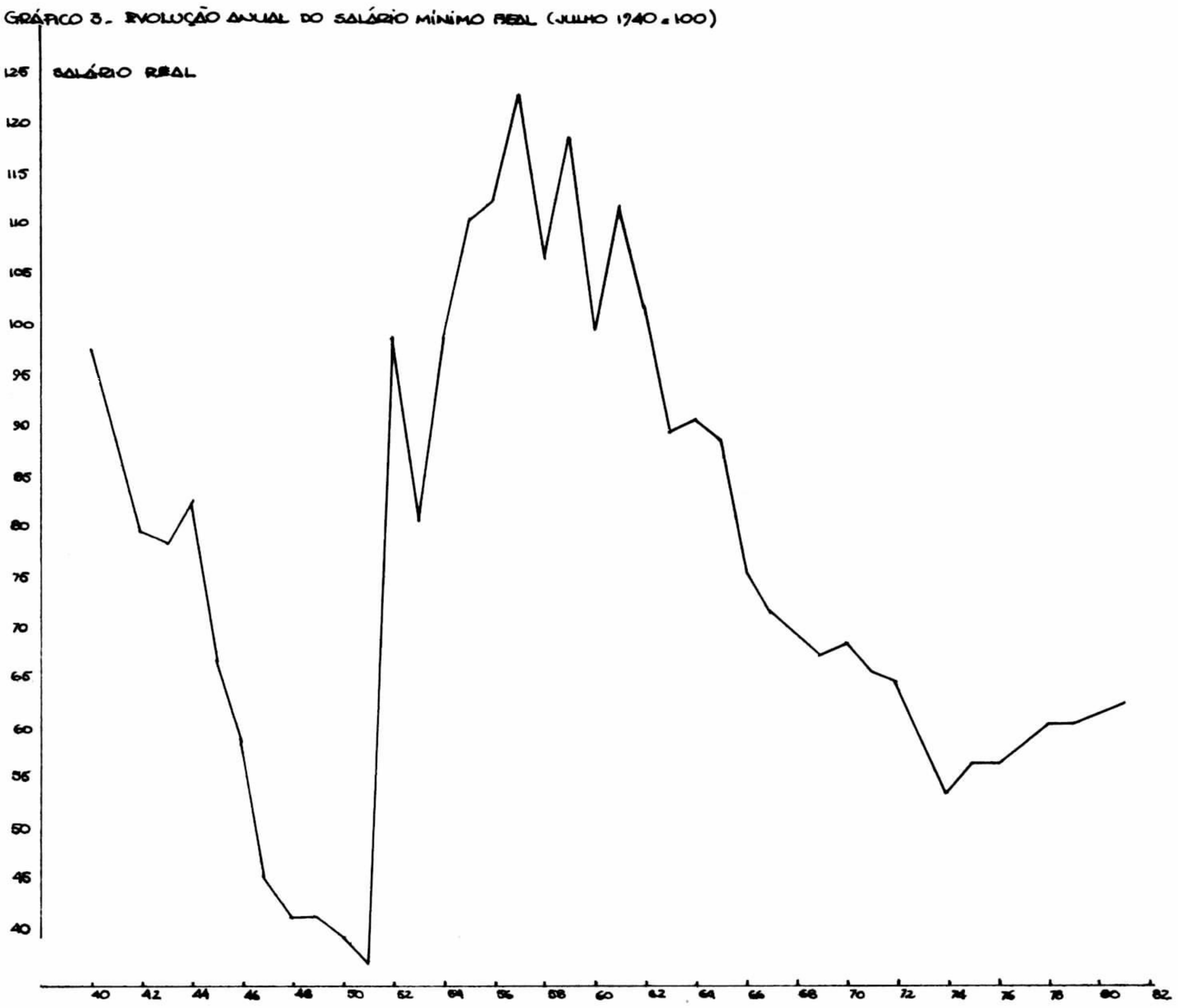


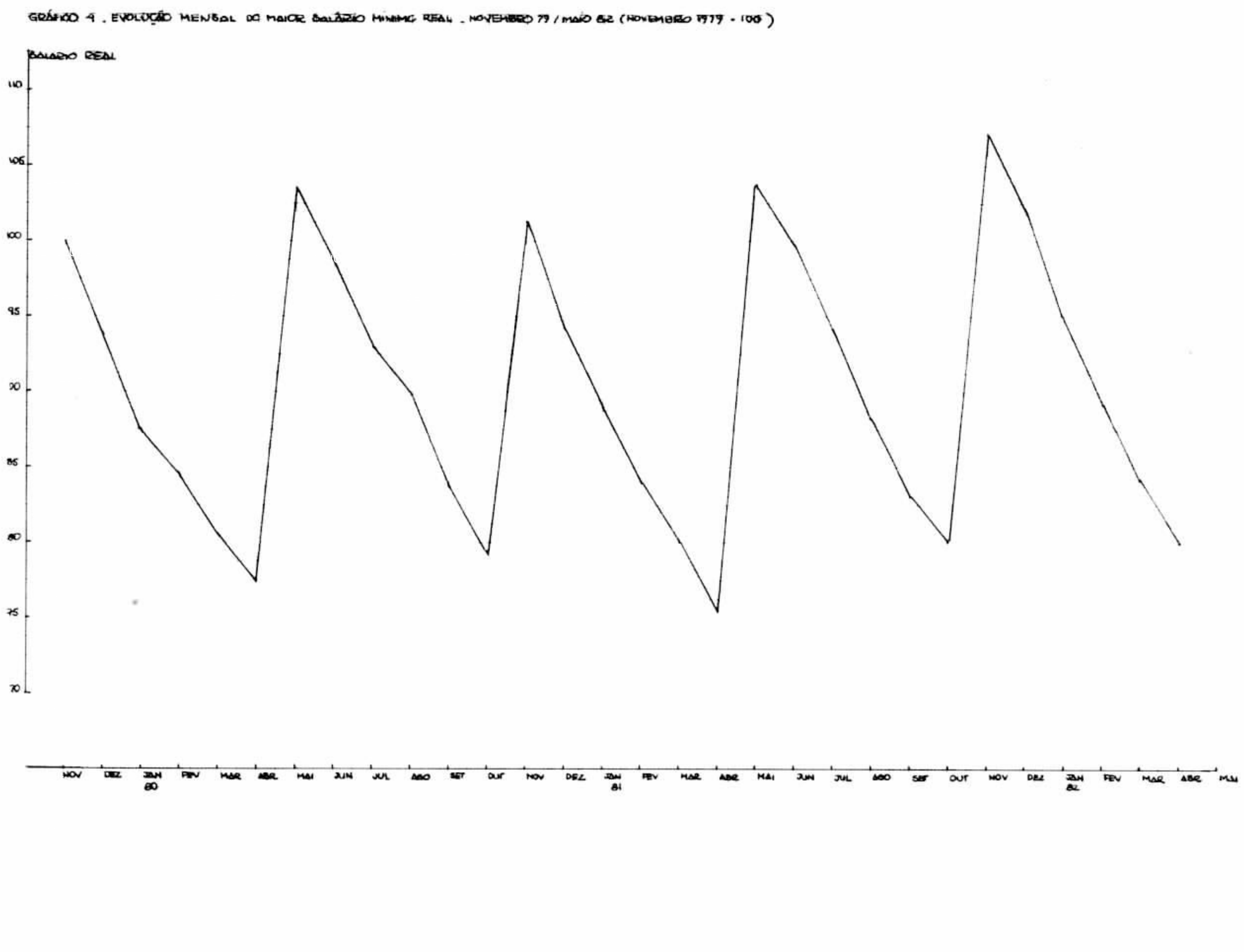
TABELA 4

EVOLUÇÃO DO MAIOR SALÁRIO MÍNIMO REAL – NOVEMBRO 1979/MAIO 1982
(BASE – NOVEMBRO DE 1979 = 100)

MÊS/ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL	MÊS/ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL
Nov/79	100,0	Mar/81	79,8
Dez/79	93,5	Abr	75,8
Jan/80	87,7	Mai	103,4
Fev	84,5	Jun	99,4
Mar	80,4	Jul	94,0
Abr	77,2	Ago	87,9
Mai	103,4	Set	82,9
Jun	98,3	Out	79,7
Jul	92,9	Nov	106,5
Ago	88,9	Dez	101,8
Set	83,7	Jan/82	94,6
Out	78,4	Fev	88,8
Nov	100,9	Mar	83,9
Dez	94,4	Abr	80,1
Jan/81	88,6	Mai	104,9
Fev	84,3		

Fonte: Boletim de Conjuntura Industrial – IEI/UFRJ

Nota: É utilizado o maior salário mínimo do país deflacionado mês a mês pelo INPC.



Salário mínimo

Criado em 1940, o salário mínimo sofreu uma série de modificações nos últimos quarenta anos. Inicialmente existiam 14 níveis distintos de salário mínimo no país, os quais foram calculados pelas médias dos menores salários pagos na época.

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) "o salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época a região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte".

Desde sua criação o salário mínimo foi aumentado 32 vezes, tendo atualmente 3 níveis distintos para o país — Cr$ 16,608 para a Região Centro-Sul; Cr$ 14.400 para as Regiões Norte e Centro-Oeste e Estados de Pernambuco e Bahia, e Cr$ 13.920 para o restante da Região Nordeste.

Durante a década de quarenta o salário mínimo foi reajustado apenas duas vezes (em 1943). Durante a década de 50 os reajustes eram concedidos aproximadamente a cada dois anos. A partir do início da década de sessenta passou a ser reajustado anualmente, pratica esta que foi mantida até novembro de 1979, quando passou a ter reajustes semestrais.

O reajuste dos salários torna-se mais importante para o trabalhador nos períodos de maior elevação do custo de vida, como forma de evitar a perda de seu poder de compra. Para medir o poder de compra dos salários utiliza-se o chamado "salário real", que não é nada mais do que o "salário descontada a inflação". Em outras palavras, se o custo de vida dobra e o salário não é reajustado, o salário real cai à metade. Para que ele recupere seu valor real anterior é preciso que seja concedido um reajuste de 100%, i.e., é necessário duplicar seu valor nominal.

A Tabela 3 e o Gráfico 3 mostram a evolução do salário mínimo da cidade de São Paulo desde 1940. Na tabela também é apresentado o salário mínimo nominal (em cruzeiros) e a data dos diversos reajustes. Para o cálculo do salário real utilizou-se o índice do custo de vida calculado pela Prefeitura até 1959, após, o índice do custo de vida do DIEESE. Ao salário mínimo real de julho de 1940, data de sua criação, foi atribuído o valor 100. A partir daí, os índices do salário real, ano a ano, dão uma idéia do aumento ou diminuição do poder de compra do salário mínimo em São Paulo. Valores superiores a 100 indicam uma elevação do poder real de compra do salário mínimo, enquanto que valores inferiores mostram sua deterioração.

Como se pode observar, o salário mínimo apresentou uma grande perda até 1951, quando representava pouco mais de um terço de seu valor inicial (o valor 37 é ligeiramente superior à terça parte de 100). Isto foi o resultado de um longo período em que o salário mínimo não foi reajustado, apesar da inflação do período. Com o reajuste concedido por Vargas em janeiro de 1952 o salário mínimo volta praticamente a seu valor real inicial. Posteriormente, durante o governo Kubitscheck, o salário mínimo experimenta seus valores históricos mais elevados, atingindo em 1957 um nível real 23% superior ao de julho de 1940. A partir do início da década de sessenta, o salário mínimo começa a se deteriorar. Inicialmente, devido ao recrudescimento da inflação; posteriormente, em função da política do "arrocho salarial", quando o salário mínimo era reajustado ano após ano abaixo da inflação. O salário mínimo atingiu seu nível mais baixo em 1974 — pouco mais da metade do valor de julho de 1940 — apresentando uma pequena elevação até 1981. De qualquer forma, em 1981 ele ainda se encontrava 37% abaixo de seu nível inicial.

Um fato importante a ser ressaltado é que os reajustes semestrais a partir de 1979 pouco beneficiaram o salário mínimo, como pode ser comprovado pelos dados da Tabela 3 (passou do nível 61 em 1979 para 63 em 1981). Na realidade, em períodos de maior elevação do custo de vida é preciso que os reajustes sejam mais frequentes, de modo a evitar maiores perdas para os salários. Esse fato pode ser acompanhado pelos dados da Tabela 4 ou pelo Gráfico 4. Considerando-se o salário mínimo real de novembro de 1979 — período de início dos reajustes semestrais — com o valor inicial igual a 100, observa-se que em abril do ano seguinte ele valia apenas 77,2 i.e., sofreu uma perda de 22,8% num espaço de apenas 6 meses. Desta forma, o reajuste semestral de maio de 1980 veio praticamente recuperar seu valor de novembro de 1979 (o aumento de 3,4% em maio se deve ao fato do governo ter reajustado o salário mínimo acima do INPC naquele mês). O Gráfico 4 deixa claro que o papel do reajuste semestral tem sido o de evitar maiores perdas nessa época de grande elevação do custo de vida, não ocorrendo praticamente nenhum ganho para o maior salário mínimo do país nos últimos 3 anos.

Ração essencial

O decreto 399 de 1938 definiu uma "ração essencial" para o salário mínimo calculada de forma a incluir as necessidades mínimas de calorias, proteínas e vitaminas para um indivíduo adulto durante um mês. Ela possui 13 produtos. No caso de São Paulo é constituida de carne (6 kg); leite (7,5 l); feijão (4,5 kg); arroz (3 kg); farinha de trigo (1,5 kg); batata (6 kg); pão (6 kg); café (600 g); açúcar (3 kg); banha (750 g); manteiga (750 g); legumes (9 kg); frutas (90 unidades).

O DIEESE acompanha o custo da ração essencial do salário mínimo em São Paulo desde 1959. Como se pode observar pela Tabela 5 e Gráfico 5, o custo da ração se elevou consideravelmente em relação ao salário mínimo. Em 1959 ela representava 27,1% do salário mínimo (65 horas de trabalho), chegando a atingir 68,1% (164 horas de trabalho) em 1974. Em 1981 a ração essencial custava 62,4% do salário mínimo em São Paulo, correspondendo a 150 horas de trbalho. Levando-se em consideração todos os outros gastos necessários além da alimentação, pode-se ter uma idéia das dificuldades por que passa atualmente a população que depende diretamente do salário mínimo.

A Tabela 6 e o Gráfico 6 mostram a evolução mês a mês do custo da ração desde o início dos reajustes semestrais do salário mínimo (novembro de 1979). Aqui fica demonstrada a gravidade da situação nos meses que antecedem os reajustes do salário mínimo. Assim, em outubro de 1980 a ração essencial representava 82,9% do salário, i.e., 199 horas de trabalho. Em abril de 1981 seu custo correspondia a 80,7% do salário mínimo (194 horas de trabalho). Mesmo nos meses de reajuste do salário mínimo o custo da ração ainda representa um elevado percentual de seu valor. O caso mais favorável apresentado na Tabela 6 corresponde ao mês de maio de 1982, quando o custo da ração essencial representava 45,8% do salário mínimo, implicando em 110 horas de trabalho.

Finalizando, podemos afirmar que o salário mínimo apresentou uma evolução bastante desfavorável desde sua criação. Atualmente ele se encontra num nível real substancialmente inferior ao de julho de 1940 (seu nível inicial). Para retomar seu poder de compra daquela época seria necessário um reajuste da ordem de 55%/60%, independentemente dos reajustes semestrais concedidos anualmente.

Nos últimos 3 anos, o maior salário mínimo do país passou a ter um papel adicional na determinação dos salários no Brasil. Além de representar o mínimo legal pago aos trabalhadores das regiões mais desenvolvidas (Centro-Sul), ele determina indiretamente as taxas de reajustes da grande maioria dos salários, na medida em que os reajustes salariais são diferenciados, segundo o número de salários mínimos recebido por cada trabalhador.

TABELA 5

TEMPO MÉDIO MENSAL PARA A AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL E PERCENTAGEM DO SALÁRIO MÍNIMO REPRESENTADA PELO CUSTO DA RAÇÃO ESSENCIAL, SÃO PAULO – 1959/1981

ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO DA RAÇÃO (hs)	CUSTO DA RAÇÃO / SALÁRIO MÍNIMO (%)	ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO DA RAÇÃO (hs)	CUSTO DA RAÇÃO / SALÁRIO MÍNIMO (%)
1959	65	27,1	1970	105	43,8
1960	81	33,3	1971	112	46,6
1961	72	29,6	1972	119	49,6
1962	95	39,5	1973	147	61,2
1963	98	41,0	1974	164	68,1
1964	95	39,5	1975	150	62,4
1965	88	36,7	1976	157	65,6
1966	109	45,5	1977	142	59,1
1967	105	43,9	1978	138	57,3
1968	102	42,5	1979	153	63,8
1969	110	46,0	1980	158	65,6
			1981	150	62,4

Fonte: DIEESE

Notas: (1) A ração essencial é aquela definida pelo decreto 399 de 30/04/1938.
(2) O tempo de aquisição da ração essencial considera o salário mínimo associado a um total de 240 hs por mês.
(3) O levantamento do custo da ração essencial foi feito em S. Paulo pelo DIEESE.

GRÁFICO 5 . TEMPO MÉDIO ANUAL PARA AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL . SÃO PAULO . 1959/1981

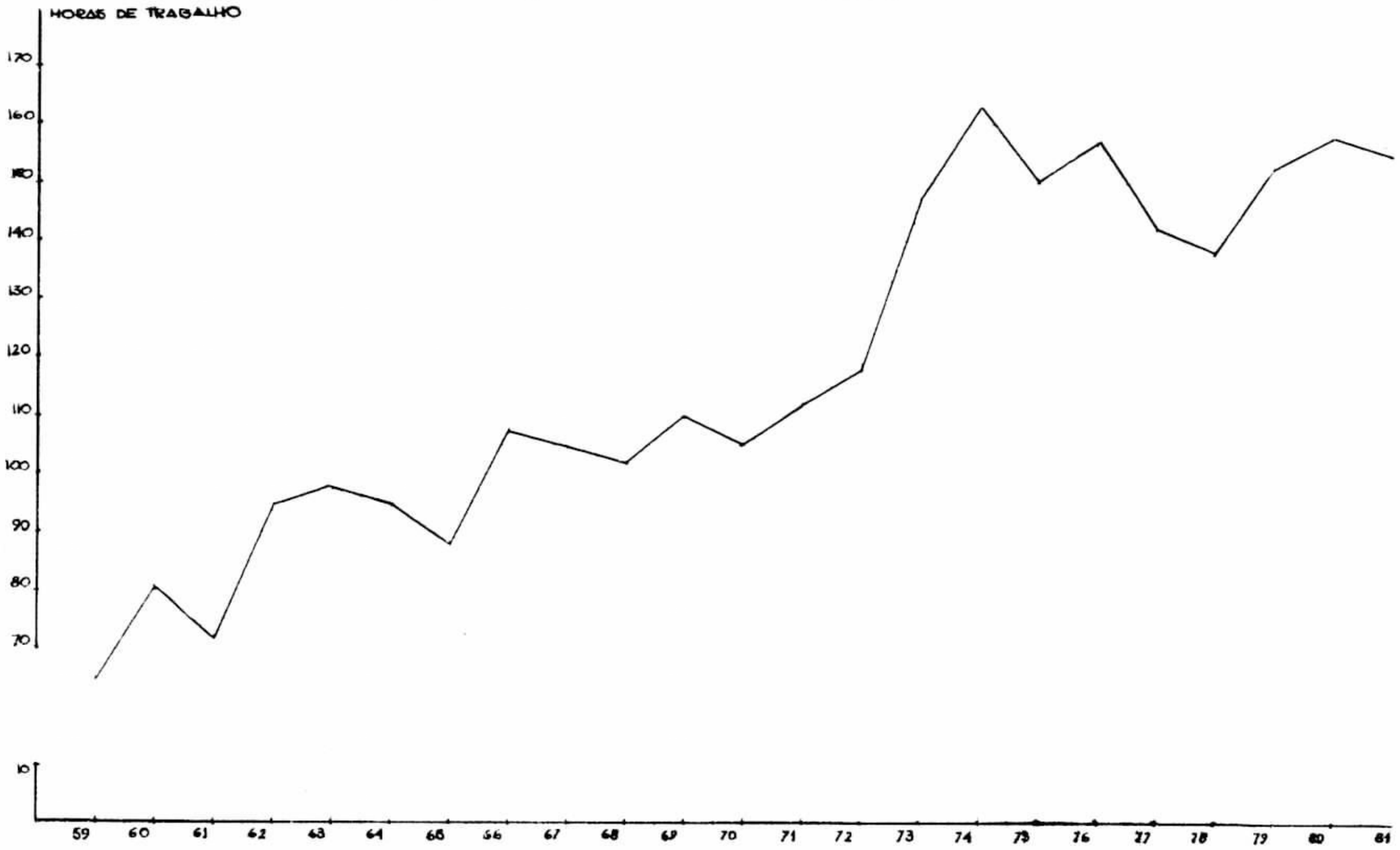


TABELA 6

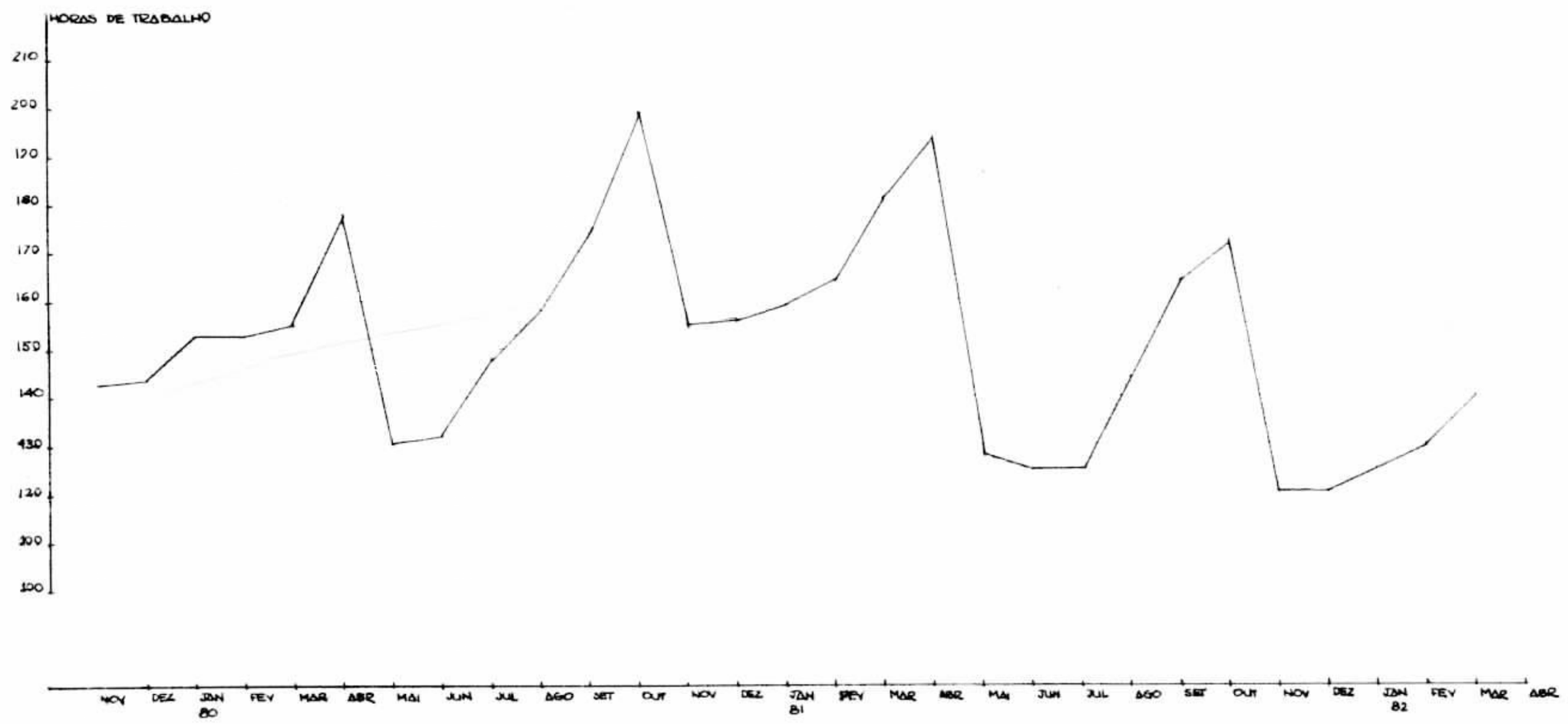
TEMPO MÉDIO MENSAL PARA A AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL E PERCENTAGEM DO SALÁRIO-MÍNIMO REPRESENTADA PELO CUSTO DA RAÇÃO ESSENCIAL, SÃO PAULO – NOVEMBRO 1979/MAIO 1982.

MÊS/ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO DA RAÇÃO (hs)	CUSTO DA RAÇÃO / SALÁRIO MÍNIMO (%)	MÊS/ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO DA RAÇÃO (hs)	CUSTO DA RAÇÃO / SALÁRIO MÍNIMO (%)
Nov/79	143	59,6	Mar	181	75,3
Dez	144	60,2	Abr	194	80,7
Jan/80	153	63,7	Mai	127	53,1
Fev	153	63,8	Jun	125	52,3
Mar	155	64,6	Jul	125	52,1
Abr	178	74,1	Ago	144	59,8
Mai	130	54,0	Set	164	68,2
Jun	132	55,0	Out	172	71,9
Jul	148	61,8	Nov	120	49,9
Ago	158	65,7	Dez	120	50,2
Set	174	72,4	Jan/82	125	52,1
Out	199	82,9	Fev	130	54,3
Nov	155	64,6	Mar	136	56,7
Dez	156	65,1	Abr	142	59,2
Jan/81	159	66,7	Mai	110	45,8
Fev	164	68,3			

Fonte: DIEESE

Notas: (1) A ração essencial é aquela definida pelo decreto 399 de 30/04/1938.
(2) O tempo de aquisição da ração essencial considera o salário mínimo associado a um total de 240 hs por mês.
(3) O levantamento do custo da ração essencial foi feito em S. Paulo pelo DIESSE.

GRÁFICO 6 - TEMPO MÉDIO MENSAL PARA AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL - SÃO PAULO - NOVEMBRO 79/ABRIL 82.



DADOS é uma publicação do projeto reunião, análise e difusão de informações sobre saúde (RADIS), desenvolvido na escola nacional de saúde pública da fiocruz. As matérias e as opiniões aqui expressas não representam, necessariamente a posição oficial da instituição.